INFORMATIVO

O parecer nº 47/2024 emitido pela SUCPJ, área demandante da presente licitação, apresenta informações sigilosas, razão pela qual tais informações foram tarjadas no documento publicado.

A classificação da informação como sigilosa está prevista na Lei 13.303/2016:

Art. 86. As informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle competentes.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico editável.

§ 2º As atas e demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

§ 3º O acesso dos órgãos de controle às informações referidas no caput e no § 2º será restrito e individualizado.

§ 4º **As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas**, respondendo o servidor administrativa, civil e penalmente pelos danos causados à empresa pública ou à sociedade de economia mista e a seus acionistas **em razão de eventual divulgação indevida**.

§ 5º **Os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial serão estabelecidos em regulamento**.

Internamente, há o MNP para Classificação e tratamento da informação, que classifica tais informações como confidenciais.

Atenciosamente,

A COMISSÃO.